

A formação de pessoal em arquivologia na Bahia

Marcos históricos e institucionais

Personnel training in archival science in Bahia: historical and institutional landmarks
Formación de personal en archivología en Bahia: hitos históricos e institucionales

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora associada do Instituto de Ciência da Informação da Ufba, Brasil.
teresamb.matos@gmail.com

RESUMO

O artigo objetiva contribuir para a historiografia da formação em arquivologia na Bahia, com ênfase nos marcos históricos da gestão L. H. D. Tavares (1959-1969) no arquivo público do estado. Com base em pesquisa documental no fundo Arquivo Público do Estado da Bahia, busca demonstrar protagonismo semelhante ao exercido pelo Arquivo Nacional na institucionalização da formação em arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivologia; formação em arquivologia; Arquivo Público do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the historiography of training in archival sciences in Bahia state, with an emphasis on the historical landmarks of the administration of L. H. D. Tavares (1959-1969) at the state public archive. Based on documentary research in the Arquivo Público do Estado da Bahia fond, it seeks to demonstrate a similar role to that exercised by the Arquivo Nacional in the institutionalization of education in archival sciences in Brazil.

Keywords: archival sciences; training in archival science; Arquivo Público do Estado da Bahia.

RESUMEN

El artículo pretende contribuir a la historiografía de la formación en archivología en Bahía, con énfasis en los hitos históricos de la gestión de L. H. D. Tavares (1959-1969) en el archivo público del estado. Con base en la investigación documental del fondo Arquivo Público do Estado da Bahia, busca demostrar un papel similar al que ejerció el Arquivo Nacional en la institucionalización de la formación en archivología en Brasil.

Palabras clave: archivología; formación em arquivologia; Arquivo Público do Estado da Bahia.

A trajetória histórica e institucional da formação universitária em arquivologia no Brasil tem sido objeto de pesquisa permanente, em âmbito nacional e internacional. Segundo Bottino (1994, 2014); Estevão; Fonseca (2010); Fonseca (2005); Lousada (2015); Marques (2007, 2013); Marques; Rodrigues; Nougaret (2018); Santos; Lima (2016); e Schmidt (2015), é possível afirmar que o Arquivo Nacional (AN) desempenhou um papel significativo e importante no processo histórico de construção da formação universitária em arquivologia no Brasil. Remonta ao século XIX, nos regulamentos do AN de 1876 e 1893, em que consta o registro da necessidade de formar pessoal habilitado para o tratamento técnico dos documentos custodiados (Marques, 2013, p. 166). Contudo, deve-se esclarecer que apenas no século XX, em 1911, a instituição manifestou preocupações mais consistentes em relação à formação de pessoal especializado (Marques, 2013, p. 167). Fato que pode ser observado no artigo 10 do decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, que instituiu o curso de diplomática (Mariz; Silva, 2011, p. 335).¹

Em pouco mais de uma década, em 1922, os artigos 55 e 56 do decreto n. 15.596, de 2 de agosto, dispunham sobre a criação do curso técnico de arquivos para atender às demandas institucionais de formação do AN, da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional (Bottino, 2014, p. 22). Embora regulamentado, o curso do AN não chegou a funcionar (Marques, 2013, p. 170). Outra década se passou e, em 1931, o decreto n. 20.673, de 17 de novembro, ratificou a regulamentação do curso técnico “destinado à formação teórico-prática de funcionários de arquivo” (Marques, 2013, p. 172). Ao longo de três décadas, aproximadamente, os diretores do AN concentraram esforços para implantar o curso, sem obter êxito. A opção de formação para os funcionários eram os cursos avulsos, ocasionalmente promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (Idort-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Oliveira, 2014, 52-53). Em atendimento às reivindicações constantes, a partir de 1958, na gestão do professor José Honório Rodrigues (1958-1964), no ano de 1960, mediante o decreto n. 44.682, de 21 de novembro, o AN passou a manter cursos avulsos, em técnicas de arquivo, e regular – o Curso Permanente de Arquivos (CPA) (Marques, 2013, p. 179-180). A

¹ Tratava-se de “um curso de diplomática, em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação [...]” (Brasil, 1911).

partir desse momento, a arquivologia no Brasil começou a receber um tratamento científico, propiciando a expansão do conhecimento na área (Bottino, 1994, p. 13-14).

Passados 12 anos, o Conselho Federal de Educação, em 1972, concedeu às universidades brasileiras, por meio do decreto n. 212, de 7 de março, autorização para criar cursos de graduação em arquivologia (Britto, 1999, p. 53). Em 28 de setembro de 1973, o AN e a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) assinaram um termo de acordo que elevou o CPA ao status de nível superior e o certificado de conclusão foi declarado com mandato universitário. Portanto, o CPA conquistou o lugar de primeiro curso superior de arquivologia reconhecido no país (Marques; Rodrigues, 2008, p. 7). Em 1977, o CPA, sob a denominação de Curso de Arquivologia,² foi transferido para a Federação das Escolas Federais de Ensino Superior do Rio de Janeiro,³ que deu origem à Universidade do Rio de Janeiro, atual Unirio (Mariz; Silva, 2011, p. 337).

Conhecendo a influência histórica que o AN exerceu sobre a formação de quadros na área de arquivologia no cenário nacional, identificou-se protagonismo semelhante no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Diante do contexto apresentado, formulou-se a seguinte pergunta: como a formação de pessoal em arquivologia no âmbito do Apeb influenciou o surgimento do curso universitário de arquivologia criado na Universidade Federal da Bahia (Ufba) em 1998, oferecido pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI)?⁴ Entende-se que a melhor hipótese para explicar o surgimento do curso de arquivologia na Ufba foi a criação do Curso de Arquivo (CA), anexo ao Apeb, que representou o embrião da institucionalização acadêmica da arquivologia na Bahia, assim como o CPA inaugurou “a institucionalização acadêmica dos cursos de arquivologia no Brasil” (Marques, 2007).

Este artigo pretende contribuir para a historiografia da formação de pessoal em arquivologia na Bahia, com ênfase nos marcos históricos e institucionais identificados entre os anos de 1959 e 1969,⁵ durante a gestão

² De acordo com o decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977.

³ Em 5 de junho de 1979, por meio da lei n. 6.655, a fundação foi institucionalizada com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

⁴ Criado pela resolução n. 7, de 12 de março de 1998, do Conselho Universitário da Ufba. O ICI originou-se da antiga Escola de Biblioteconomia da Bahia, fundada em 1948, e integrada à Universidade da Bahia, em 1954, com a denominação de Escola de Biblioteconomia e Documentação (Toutain; Varela; Abreu, 2011, p. 11).

⁵ Corresponde ao mandato dos governos Juracy Magalhães (1959-1963), da União Democrática Nacional (UDN); Antônio Lomanto Júnior (1963-1967), do Partido Liberal (PL); e

do professor Luís Henrique Dias Tavares⁶ na direção do Apeb. O estudo desenvolvido caracteriza-se como exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa documental nos originais manuscritos, datilografados e impressos que integram o fundo Apeb, custodiado pelo próprio Apeb, unidade da Fundação Pedro Calmon.⁷ O acesso às fontes documentais possibilitou o levantamento, a seleção e a análise dos dados, notadamente as correspondências recebidas e emitidas, além dos relatórios anuais de atividades. Soma-se, ainda, a consulta à legislação estadual (leis, decretos e portarias) (Matos, 2018, p. 147-149).

Marcos históricos e institucionais

Desde quando tomou posse na direção do Apeb, em abril de 1959, o professor Luís Henrique defendeu, insistentemente, a formação de pessoal especializado em arquivologia na Bahia, em nível superior, promovida mediante convênio com a então Escola de Biblioteconomia e Documentação⁸ (EBD) da Universidade da Bahia (UB), atual ICI da Ufba. A proposta constou do *Plano de trabalho para o Arquivo Público da Bahia* (Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1959), apresentado pelo mesmo ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Pedro Manso Cabral.⁹ Pressuposto para viabilizar a “elevação do padrão técnico e cultural do pessoal do Arquivo” e, assim, assegurar as reformas constantes no referido *Plano de trabalho*. Deram-se, de início, as providências administrativas no sentido de obstruir a “velha prática” das transferências de funcionários da Imprensa Oficial, do Conselho Penitenciário, do

Luís Viana Filho (1967-1971), da Aliança Renovadora Nacional (Arena) (Matos, 2018, p. 153).

⁶ Nasceu na cidade de Nazaré, Bahia, em 25 de janeiro de 1926. Bacharel e licenciado em geografia e história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, doutorou-se em história por concurso de livre-docência, com tese, prova escrita e oral (1948-1951). Ocupou a cadeira n. 1 da Academia de Letras da Bahia. Sua trajetória intelectual, política e profissional esteve dedicada ao fortalecimento da cultura historiográfica na Bahia e no Brasil (Matos, 2018, p. 152). Faleceu em 21 de junho de 2020.

⁷ No ano de 2002, em razão de reforma administrativa por meio da lei n. 8.538, de 20 de dezembro de 2002, o Arquivo Público passou a integrar a estrutura da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

⁸ Os estudos sobre informação na Bahia tiveram início com a criação do curso de biblioteconomia, em 12 de março de 1942, uma iniciativa da engenheira Bernadete Sinay Neves. A primeira instalação do curso foi no prédio da Biblioteca Pública. Em 1948, a Escola de Biblioteconomia da Bahia foi instituída, após a transformação do curso em escola (Toutain; Barreto, 2010, p. 170).

⁹ Carta-ofício 33 ASC. Fundo Apeb, custodiado pelo Apeb/FPC. Considerando-se que a pesquisa documental foi realizada no mesmo fundo documental, a custódia não será referida nas próximas notas explicativas.

Instituto de Preservação e Reforma e de outros serviços da Secretaria do Interior e Justiça para o Arquivo. Paralelamente, atuou-se na formação de pessoal na área de arquivologia, reconhecida como estratégica para qualificar o tratamento técnico do acervo documental custodiado, por meio da aplicação de princípios arquivísticos contemporâneos, de forma a atender a administração pública com eficiência e rapidez (Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1959, p. 5).

Na perspectiva de iniciar o programa de aperfeiçoamento técnico de pessoal do Arquivo Público, foram concentrados esforços para se obter uma bolsa de estudos para que a servidora Lucy Girardi Reis¹⁰ participasse do curso de aperfeiçoamento promovido pelo AN, em 1959, com aulas ministradas pelo arquivista francês Henri Boullier de Branche.¹¹ Importante registrar sua inegável influência na formação dos profissionais do AN e de outras instituições que se fizeram representar no referido curso (Santos, 2014, p. 40-41). A Bahia foi sim beneficiada por influências de Boullier de Branche e, mais ainda, pela sua presença em Salvador em fevereiro de 1960.¹²

Os documentos que compõem o fundo Apeb registram o intenso trabalho do professor Luís Henrique para habilitar o corpo técnico do próprio Apeb e dos funcionários, arquivistas, vinculados a órgãos e entidades da administração pública estadual, sem deixar de reconhecer o esforço empreendido pelos seus antecessores, desde 1948.

Curso Extraordinário de Arquivologia

O Curso Extraordinário de Arquivologia (CEA), criado na gestão do então diretor do Apeb Alfredo Vieira Pimentel (1935-1953), foi oficializado pela portaria n. 5, de 14 de maio de 1948 (Bahia, 1948b, p. 3.494-3.495), que estabeleceu instruções reguladoras para seu funcionamento, em vista do disposto no item 49 da portaria n. 25, de 3 de abril de 1948, do Departamento do Serviço Público (DSP) (Bahia, 1948a, p. 2.729-2.731). De acordo com o item, o DSP “poderá atribuir validade a cursos mantidos pelas repartições públicas do estado, desde que eles se submetam às condições previstas nas presentes instruções gerais”.

¹⁰ Admitida pela portaria n. 101, de 6 de novembro de 1945.

¹¹ Chefe dos Archives Départementales de la Sarthe, de 1948 a 1963.

¹² Correspondência de Lucy Girardi Reis, de 16 de fevereiro de 1960, dirigida ao diretor do Apeb. Fundo Apeb.

O CEA a que se refere a portaria n. 5, de 1948, tinha por finalidade proporcionar aos servidores estaduais, com exercício na área de arquivos, conhecimentos indispensáveis ao desempenho de suas funções, dotando o estado de um corpo de arquivistas especializados. A estrutura do curso consta do Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do Curso Extraordinário de Arquivologia

Cadeira	Docente
Arquivística	Maria do Carmo Pondé
Diplomática	
Paleografia	
História Geral e do Brasil	Brás Hermenegildo do Amaral
Direito Administrativo	Demétrio Cyriaco Ferreira Tourinho
Notariado	

Fonte: elaborado pela autora com base nas portarias n. 6, n. 7 e n. 8, publicadas em 19 de maio de 1948, no *Diário Oficial do Estado da Bahia*.

Compreendia seis cadeiras com noções de arquivística (organização e administração de arquivos), paleografia, diplomática, história geral e do Brasil, direito administrativo e notariado (Bahia, 1948b, p. 3.495). Tinha a duração de seis meses. A conclusão do curso estava condicionada à obtenção de um coeficiente mínimo nas provas.

O ingresso no curso ocorria mediante uma prova de habilitação que versava sobre conhecimentos gerais, correspondendo, à época, ao nível do quarto ano secundário. Podiam inscrever-se funcionários públicos efetivos, interinos e extranumerários, além de os demais interessados da sociedade civil, condicionados à aprovação do diretor da Divisão de Pessoal do DSP. Anualmente, um edital de abertura de inscrição de curso era publicado no *Diário Oficial do Estado da Bahia*.¹³ Em 19 de fevereiro de 1951, por meio da lei n. 383, foi autorizada a abertura de crédito especial para pagamento de professores do CEA.

¹³ Foram identificados editais de abertura de inscrição no curso nos anos de 1948, 1949, 1950, 1952 e 1953.

Em abril de 1951, o curso passou a ser realizado em dois períodos. No primeiro constavam quatro matérias: organização e administração de arquivos (arquivística, classificação e catalogação), noções de estatística, história geral e do Brasil e noções de direito administrativo. O segundo, também com quatro matérias, compreendia noções de paleografia, diplomática, história administrativa do Brasil e de Portugal e notariado. A primeira parte do curso, considerada básica, correspondia ao programa do curso para arquivistas e auxiliares de arquivo. Os dois períodos mencionados correspondiam ao programa para arquivologistas. Para cursar apenas o primeiro período, exigia-se uma prova de habilitação de português e aritmética, equivalendo ao nível de segundo ano ginasial. Quanto ao ingresso para cursar os dois períodos, era necessário a apresentação de diploma ginasial ou de curso de professor.

Em correspondência encaminhada ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, doutor Martinelli Braga, expondo a importância de aperfeiçoar os trabalhos de arquivo na Bahia, o professor Luís Henrique registrou que a dedicação e o espírito inovador da ilustre arquivista Maria do Carmo Pondé foram determinantes para assegurar a realização do CEA. Inclusive, a mesma foi designada professora-chefe do CEA, pela portaria n. 17, de 16 de julho de 1952. A título de ilustração, apresenta-se o registro fotográfico oficial da primeira turma de arquivologistas do CEA, formados durante o governo Otávio Mangabeira (1947-1951).



Figura 1 –
Arquivologistas de
1948. Fonte: Fundo
Apeb, FPC/Secult

A Figura 1 destaca as autoridades governamentais, professores e formandos vinculados ao referido curso, no ano de 1948. Nos anos que se seguiram, procurou-se dar continuidade ao curso. Contudo, a falta de recursos humanos especializados em arquivologia, no estado da Bahia, para ministrar as aulas passou a se constituir em uma dificuldade constante.

Interloquções nacionais e internacionais

As correspondências consultadas mostram com clareza que Luís Henrique Dias Tavares e José Honório Rodrigues, este à época diretor do AN, permaneciam em sintonia e comungavam objetivos semelhantes. Ambos historiadores, esses diretores planejaram investir em ações que poderiam ter revertido o quadro de deficiência institucional diagnosticado, posicionando o Apeb e o AN como modelos de modernização institucional compatível com uma instituição arquivística, no sentido americano e europeu da expressão (Santos; Lima, 2016). A dificuldade, contudo, era de toda ordem, porque o “importante papel do arquivo no funcionamento do governo e na vida cultural da nação não era adequadamente reconhecido” (Schellenberg, 2015, p. 292).

Em meio a esses desafios havia algo favorável. A importância institucional conferida ao Arquivo por secretários de estado – entre os quais se destacavam Josafá Marinho (1959-1960), Pedro Manso Cabral (1960-1963), Jorge Calmon Muniz de Aragão (1963-1966), Alaor Metzker Coutinho (1966-1967), Luiz Navarro de Britto (1967-1969) e Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971) – e, também, pelos governadores Juracy Magalhães, Antônio Lomanto Júnior e Luís Viana Filho (Mello, s.d.). Essa afirmação fundamenta-se no teor das correspondências mantidas por Luís Henrique com as autoridades citadas (Matos, 2018, p. 154).

Nas correspondências dirigidas às autoridades do governo do estado da Bahia, foi possível observar que o professor Luís Henrique manifestava a mesma opinião de Henri Boullier de Branche¹⁴ quanto a existir uma relação direta entre a formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados, e o “futuro dos arquivos brasileiros” (Boullier de Branche, 1975, p. 10-12). Por esse motivo, a formação de quadros do AN e dos estados passou a se constituir em uma pauta prioritária (Boullier de

14 Expressa no Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil, apresentado, em 1960, ao diretor do Arquivo Nacional do Brasil, professor José Honório Rodrigues. O referido relatório foi reeditado, em 1975, na gestão do diretor do Arquivo Nacional Raul Lima, considerando a pertinência e atualidade do conteúdo.

Branche, 1975, p. 30). Fato demonstrado por meio de negociações junto aos reitores da UB e aos professores Edgard Santos (1946-1961) e Albérico Fraga (1961-1964),¹⁵ com o propósito de “importar” professores estrangeiros para o Curso de Arquivo (CA), em nível superior.

Em 26 de fevereiro de 1960,¹⁶ o professor Luís Henrique dirigiu correspondência à professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho,¹⁷ diretora da EBD (1956-1968), da UB, informando que o secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Josafá Marinho, estava ciente das conversações empreendidas entre a EBD/UB e o Apeb sobre a realização do CA. Na oportunidade, mencionou que o Apeb tinha “o maior interesse em patrocinar” a iniciativa. Comprometeu-se a suplementar os vencimentos dos professores das matérias de paleografia, restauração, técnica de arquivo, catalogação pela Classificação Decimal Universal (CDU) e de outros que fossem contratados.

Naquele momento, o Arquivo Público não dispunha de estrutura, condições materiais e humanas compatíveis para responsabilizar-se, diretamente, pelo curso. Contudo, seu diretor considerou ser justo que a EBD ampliasse a sua área de atuação, tornando-se também uma escola de arquivo, responsável pela formação universitária de arquivistas no estado da Bahia.

Em 10 de março de 1960,¹⁸ a diretora da EBD/UB esclareceu que, de acordo com o Magnífico reitor professor Edgard Santos, era de interesse da escola a criação de um departamento de arquivologia. Complementou informando que, no segundo semestre daquele ano, a escola iniciaria as atividades no setor, por meio do primeiro curso experimental de pós-graduação para bibliotecários documentalistas. Registrou, ainda, que a escola se sentia honrada pelo crédito conferido pela direção do Apeb e agradeceu a suplementação de verbas destinadas às remunerações dos professores que ficariam encarregados pelas matérias específicas. Lembrou que caberia ao Apeb requerer, junto à prefeitura de São Paulo, a senhora Laura Garcia Moreno Russo, colaboradora indispensável ao funcionamento do curso de arquivologia. Manifestou a concordância em receber os servidores do Apeb, na qualidade de ouvintes, nas matérias de catalogação, classificação e administração e organização científicas,

¹⁵ Carta-ofício dirigida ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Martinelli Braga, s.d. Fundo Apeb.

¹⁶ Carta-ofício 45 ASC. Fundo Apeb.

¹⁷ Conhecida como professora Belita Liberato de Matos Carvalho.

¹⁸ Ofício 14/60. Fundo Apeb.

ministradas no primeiro ano do curso, regular, de biblioteconomia e documentação. De acordo com a sugestão, a partir de 15 de março de 1960, os funcionários indicados pelo Arquivo Público passariam a assistir às aulas de catalogação e classificação na EBD/UB.¹⁹

No ano seguinte, em 1961,²⁰ a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho comunicou ao diretor do Apeb a inviabilidade de iniciar ainda naquele ano o curso programado. Contudo, registrou a expectativa de iniciar o curso regular em março de 1962. Mencionou que anexou²¹ ao ofício uma cópia do programa elaborado pela escola, fundamentado nos moldes francês e espanhol, além de bibliografia de disciplinas.

Em razão do pronunciamento da professora Felisberta, o diretor do Apeb encaminhou uma sugestão de proposta de curso de introdução,²² destinado a servidores estaduais que trabalhavam em arquivos, alunos de biblioteconomia e demais profissionais interessados. Era um curso intensivo, com duração de dois meses. O Arquivo Público contribuiria disponibilizando a professora arquivista Lucy Girardi Reis,²³ chefe da seção Histórica.²⁴ Outros técnicos foram indicados para proferir palestras: Nalva de Almeida Barros, chefe da seção Judiciária; Bernadete Pimentel de Jesus, chefe da seção Administrativa; a bibliotecária Maria de Lourdes do Carmo Conceição;²⁵ Doralice Amaral,²⁶ chefe da seção de Restauração; e Jairo de Araújo Andrade,²⁷ chefe da seção de Microfilmagem. A bibliotecária Lindaura Corujeira, servidora da Faculdade de Filosofia da UB, também foi convidada, com a devida concordância. A EBD colaboraria efetuando as matrículas e fornecendo o material necessário para a confecção de apostilas. As aulas e palestras seriam realizadas no período de 9 de outubro a 29 de novembro, no Instituto de Cultura Hispânica, situado no campus do Canela, próximo à reitoria.

O curso de introdução ocorreu, efetivamente, nos meses de outubro e novembro de 1961, patrocinado pelo Arquivo Público, em convênio com a EBD

¹⁹ Carta-ofício 46 ASC. Fundo Apeb.

²⁰ Ofício 87/61, de 8 de setembro de 1961. Fundo Apeb.

²¹ No momento do levantamento de fontes, o anexo referido não foi localizado.

²² Carta-ofício 221 ASC, de 8 de setembro de 1961. Fundo Apeb.

²³ Admitida por portaria n. 101, de 6 de novembro de 1945.

²⁴ Desde 1952, por meio da portaria n. 15, de 16 de julho de 1952.

²⁵ Admitida por portaria n. 232, de 13 de junho de 1961.

²⁶ Admitida por portaria n. 15, de 28 de maio de 1949.

²⁷ Admitido por portaria n. 33, de 24 de fevereiro de 1961.

da UB.²⁸ Nessa primeira iniciativa, inscreveram-se sessenta alunos, muitos dos quais servidores de arquivos das secretarias de estado e de repartições federais, como, por exemplo, a Petrobras, além de instituições particulares²⁹ (Matos, 2018, p. 157). Em dezembro de 1961, o diretor do Apeb comunicou³⁰ a frequência de 13 servidore(a)s vinculado(a)s à diretoria da EBD no curso referido, entre ele(a)s Clara Weber Barretto e Maria José Rabello de Freitas, que veio a ser a idealizadora, em 1972, do projeto do curso de graduação em arquivologia, aprovado pela Câmara de Ensino e Graduação da Ufba, em 10 de abril de 1997, e criado em 1998 (Freixo, 2011, p. 209-211).

Paralelamente, o professor Luís Henrique manteve diálogo junto à reitoria da UB. Em correspondência³¹ encaminhada ao Magnífico reitor Alberico Fraga, o diretor do Apeb mencionou que participou³² da I Reunião Interamericana sobre Arquivos,³³ em Washington D.C., de 9 a 27 de outubro de 1961, que teve como um dos eixos temáticos centrais a formação de arquivistas. Na oportunidade, assistiu aos debates sobre escolas de arquivo empreendidos pelos doutores Ernest Posner, da American University, Aurelio Tanodi, da Universidad Nacional de Córdoba, e Theodore R. Schellenberg, diretor adjunto do National Archives of the United States. Na ocasião, considerou apropriado esclarecer que estava consagrando especial atenção à formulação de um programa a partir das experiências exitosas das universidades referidas, que ministravam cursos universitários na área de arquivologia. Oportuno destacar que as correspondências atestam uma permanente interlocução internacional no âmbito da comunidade arquivística latino-americana,³⁴ por considerar a identidade comum relativa às aspirações e problemas, incluindo a formação de pessoal.

Registrou, ainda, que tinha conhecimento de que “os arquivos brasileiros se encontravam em deplorável situação técnica”.³⁵ Situação que ex-

²⁸ Portaria n. 42, de 28 de novembro de 1961.

²⁹ Carta-ofício 220 ASC, dirigida ao doutor Pedro Manso Cabral, secretário do Interior e Justiça, em 8 de setembro de 1961.

³⁰ Carta-ofício 319 ASC, de 12 de dezembro de 1961. Fundo Apeb.

³¹ Ofício n. 261, de 6 de novembro de 1961. Fundo Apeb.

³² Entre os 42 participantes de 18 países, Luís Henrique Dias Tavares e José Honório Rodrigues estiveram representando o Brasil.

³³ Promovida pelo National Archives of the United States, em cooperação com a União Pan-americana e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, com o apoio financeiro da Fundação Rockefeller.

³⁴ Notadamente com Argentina, Bolívia, Colômbia e México.

³⁵ Carta-ofício 262/61 NB, dirigida ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Pedro Manso Cabral, em 7 de novembro de 1961. Fundo Apeb.

plica por que vinha insistindo, há aproximadamente dois anos, na criação de um curso universitário para formar arquivistas. Destacou, também, que caso a UB decidisse criar o CA, a iniciativa, certamente, teria uma repercussão nacional.

A dificuldade para a realização do CA dessa universidade, em convênio com o Arquivo Público, deveu-se à ausência de professores especializados na área de arquivologia para ministrar matérias básicas relativas aos princípios e técnicas arquivísticas. A propósito, quando convidado³⁶ a participar da I Reunião Interamericana sobre Arquivos, por Theodore R. Schellenberg, Luís Henrique Dias Tavares buscou o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA) para viabilizar o financiamento da viagem de professores estrangeiros a Salvador (Bahia, Brasil). Propôs, também, que os professores das matérias complementares fossem indicados pela UB, entre docentes escolhidos da Faculdade de Filosofia e das escolas de biblioteconomia e de administração.

Em 12 de janeiro de 1962,³⁷ informou à professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, diretora da EBD/UB, que enviou correspondência ao senhor Javier de Malagón, da OEA, solicitando apoio para o Curso de Arquivo, com o custeio da vinda à Bahia do diretor do Arquivo Nacional da Bolívia, doutor Gunnar Mendonza.³⁸ Todavia, não sendo possível a concretização do auxílio da OEA, optou por realizar o CA com o próprio quadro de pessoal técnico do Arquivo Público, além de uma servidora da Faculdade de Filosofia da UB. O CA ocorreu de 1º junho a 30 de setembro de 1962. Nas aulas de arquivologia, utilizou-se o *Manual de arquivos*,³⁹ do arquivista americano Theodore R. Schellenberg, publicado pela Imprensa Oficial do Estado,⁴⁰ com a devida aquiescência do autor, dotando a arquivística baiana de instrumento de trabalho do qual carecia há longo tempo. É possível afirmar que a referida publicação, de matriz norte-americana, disponibilizou um conjunto de conceitos e técnicas utilizados pela administração de arquivos, sobretudo no que se refere à avaliação de documentos.

³⁶ No início do ano de 1961.

³⁷ Carta-ofício 20 ASC. Fundo Apeb.

³⁸ Presidiu o grupo de trabalho sobre arranjo arquivístico, no âmbito da I Reunião Interamericana sobre Arquivos.

³⁹ A primeira edição brasileira do citado manual foi publicada pelo Arquivo Nacional, em 1959.

⁴⁰ Vale mencionar que consta o registro de uma tiragem de mil exemplares. Correspondências consultadas destacam a distribuição de exemplares para arquivos públicos estaduais do Brasil.

Considerando o aumento significativo de matrículas e o êxito do curso, a direção do Apeb sugeriu ao governo a criação, por meio de decreto, de um novo CA, subordinado ao próprio Apeb. Nesse contexto, a portaria n. 5/1948, que regia o CEA, seria revogada.⁴¹ De fato, ela já havia sido abandonada há anos. Assim, formularam-se novas instruções para o funcionamento do CA. Em 17 de dezembro de 1962, por meio do decreto n. 18.731 (Bahia, 1962), foi criado o CA, anexo ao Apeb, com duração de oito meses.⁴²

Na condição de professor da então UB, dedicado ao estudo da história brasileira, Luís Henrique consagrou especial atenção à etapa de concepção do curso, cuja estrutura consta no artigo 2º do dito decreto, apresentada a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura do Curso de Arquivo

Matéria	Carga horária	Docente
Técnica de arquivos	60	Lucy Girardi Reis
História da administração da Bahia	40	Ari Serra
Diplomática	40	Maria do Carmo Pondé
Notariado	20	Hildegardes Cantolino Viana
Conservação e restauração de documentos	20	Lindaurea Corujeira

Fonte: elaborado pela autora com base no artigo 2º do decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962.

Reunia cinco matérias com conteúdos arquivísticos e de história, ministradas por profissionais que atuavam nas áreas de arquivologia, biblioteconomia e história, do próprio órgão ou pertencentes a outras instituições públicas e privadas. As aulas teóricas eram intercaladas por conferências sobre questões de arquivo ou assuntos correlatos, além de aulas práticas e visitas técnicas.

As matrículas para o curso eram abertas pelo Apeb durante a primeira quinzena do mês de março. Foram estabelecidas as seguintes condições

⁴¹ O artigo 9º do decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962, revoga todas as disposições contrárias.

⁴² Dividido em dois períodos. O primeiro, de abril a junho. E o segundo, de agosto a dezembro.

para matrícula: a) ser funcionário público estadual, municipal, autárquico ou paraestatal; b) ser arquivista de qualquer empresa bancária, comercial ou industrial. A matrícula daqueles que se enquadrassem nos itens “a” e “b” estaria condicionada à comprovação de três anos de efetivo trabalho em arquivos. Conforme o artigo 5º, seria confirmada a matrícula após entrevista com os professores do CA, na segunda quinzena de março, de modo a subsidiar a seleção de no máximo quarenta alunos.

Cabia ao diretor do Apeb recrutar o(a)s professore(a)s do curso, que poderia constituir-se de funcionários técnicos do próprio órgão ou de especialistas vinculado(a)s a outras instituições públicas e privadas.

Ao concluir o CA, após realizar provas teóricas e práticas, o governo do estado, por meio do Arquivo Público, emitia um diploma de arquivista. Deve-se esclarecer que este tinha o mesmo valor do antigo diploma de arquivologista.

O artigo 8º do referido decreto estabelece que o CA “poderá contar com a colaboração da universidade da Bahia, do Arquivo Nacional e de instituições congêneres de âmbito internacional” (Bahia, 1962). Para o fim previsto no referido artigo, o secretário do Interior e Justiça ficava autorizado a assinar os convênios que se fizessem necessários.

Instalado em 2 de abril de 1963, o citado curso foi ministrado de forma regular de 1963 a 1969. Possivelmente, inspirou-se na tradição da arquivologia francesa, modelo à época, na mesma linha do CPA promovido pelo AN (Santos, 2014, p. 40-41). Pode-se atribuir a finalização do curso à emergência do AI-5, em 1968, e ao afastamento do professor Luís Henrique da direção do Apeb, quando a ditadura se enrijeceu definitivamente no país.

Mantido às expensas do Estado, o CA contribuiu enormemente para a valorização do servidor e a qualificação dos procedimentos arquivísticos, investimento essencial para o futuro dos arquivos. Esse curso não era somente do interesse do Arquivo Público, que tinha necessidade urgente de pessoal técnico e especializado, mas de todo o estado.

Os relatórios de 1964 e 1965 apresentados pelo professor Ari Serra, coordenador do CA, ao então diretor do Apeb, professor Luís Henrique, registram, respectivamente, a matrícula de 39 e 57 alunos, dos quais 26 e 28 receberam diploma de “arquivista” (Bahia, 1962).

Vale mencionar que os governadores Juracy Magalhães e Antônio Lomanto Júnior foram paraninfos de duas turmas de formandos, assim como o secretário do Interior e Justiça, professor Jorge Calmon. A Figura 2 a seguir apresenta os formandos da turma de 1963, em companhia do diretor do Apeb, professor Luís Henrique Dias Tavares.



Figura 2 – Arquivistas de 1963. Fonte: Fundo Apeb, FPC/Secult

Considerações finais

Os documentos produzidos e acumulados no âmbito da gestão Luís Henrique Dias Tavares (1959-1969), que compõem o fundo Apeb, custodiado pelo Apeb/FPC/Secult, subsidiaram a elaboração deste texto.

Foi possível identificar marcos históricos e institucionais relevantes que apontam para o papel decisivo que o Apeb desempenhou na formação de pessoal em arquivologia na Bahia no período em apreço.

As fontes documentais consultadas apresentam a intensa interlocução do professor Luís Henrique Dias Tavares com autoridades governamentais e universitárias locais, nacionais e internacionais, além do diálogo permanente com representantes da comunidade arquivística. Tal interlocução ocorreu, em particular, com colegas da América Latina, com vistas a assegurar a formação de pessoal em arquivologia necessária para posicionar o Apeb enquanto órgão de Estado. Os documentos consultados apresentam evidências de que, à semelhança do AN, o Apeb muito contribuiu como pioneiro na formação de pessoal em arquivologia. Isso posto, os indícios apontam para seu reconhecimento como locus do embrião do curso universitário em arquivologia oferecido desde 1998 pelo ICI/Ufba. Investigações futuras no arquivo histórico do ICI/Ufba deverão

possibilitar a reconstituição do processo histórico da construção do curso de graduação em arquivologia.

Dos fatos e evidências apuradas, é possível constatar o protagonismo que exerceu a demanda profissional de caráter público no processo histórico de construção da formação universitária em arquivologia no Brasil e na Bahia. O AN e o Apeb, nas gestões dos professores José Honório Rodrigues e Luís Henrique Tavares, foram, cada um a seu modo, determinantes na institucionalização do conhecimento arquivístico. Isso reafirma a importância decisiva da visão estratégica necessária e indispensável à formulação de políticas públicas direcionadas ao setor e à área de arquivologia. A existência de instituições arquivísticas nacionais e estaduais fortes e autônomas possibilita políticas públicas que asseguram a qualidade e a inovação dos serviços arquivísticos, fundamentais para a cidadania plena e o Estado democrático de direito, com vistas ao acesso democrático à informação, à memória e à identidade.

Referências

- BAHIA. Decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962. Cria o Curso de Arquivo, anexo ao Arquivo Público do Estado da Bahia.
- _____. Portaria n. 5, de 14 de maio de 1948b.
- _____. Portaria do Departamento do Serviço Público n. 25, de 3 de abril de 1948a.
- BOTTINO, Mariza. *O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000): uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- _____. *Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação*. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 12-18, 1994.
- BOUILLER DE BRANCHE, Henri. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975. (Publicação Técnica n. 21 ANT 17).
- BRASIL. Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.
- BRITTO, Maria Teresa Navarro de. *O ensino universitário de arquivologia no Brasil*. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). *A formação em arquivologia no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.
- DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Plano de trabalho para o Arquivo Público da Bahia*. Salvador: 1959, 15p. (Texto datilografado).
- ESTEVÃO, Silvia Ninita de M.; FONSECA, Vitor Manoel M. da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010.
- FONSECA, Maria Odila K. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FREIXO, Aurora Leonor. *O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia*. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 207-229.
- LOUSADA, Mariana. *A mediação da informação na teoria arquivística*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de

- Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Marília, 2015.
- MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unirio). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 331-355.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018.
- _____. *A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. (Prêmio Maria Odila Fonseca 2012).
- _____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2008, Goiânia.
- _____. *Os espaços e diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto Matos. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 147-166, 2018.
- MELLO, Agenor Bandeira de. *Cartilha histórica da Bahia*. 2.ed. rev. e atualizada. Salvador: Ed. Central, s.d.
- OLIVEIRA, Flávia Helena de. *A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- SANTOS, Paulo Roberto E. dos; LIMA, Ana Luce G. S. de. Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.
- _____. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica A. da C.; RODRIGUES, Georgete M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos (org.) *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez., 2015.
- SCHMIDT, Clarissa M. dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2015. (Coleção Thesis, 3).
- TOUTAIN, Lídia M. B.; VARELA, Aida V.; ABREU, Marilene L. (org.). *Reitores da Universidade Federal da Bahia: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador: Edufba, 2011. (Memorial, v. 2).
- _____; BARRETO, Ângela. O Instituto de Ciência da Informação e sua história. In: TOUTAIN, Lídia M. B.; SILVA, Rubens R. G. da. (org.). *Ufba: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, 2010. p. 167-179. (Memorial, v. 1).

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020